



ATA DA 135ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

Aos 21/09/2011, sob a coordenação do Presidente Eduardo Jorge, realizou-se a 135ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

PAUTA

Expediente:

1. Posse do Sr. Eduardo Storopoli, como conselheiro titular, representante do seguimento Universidade, no CADES.
2. Discussão e votação da Ata da 134ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
3. Informe da Eleição das Organizações não Governamentais Ambientalistas no CADES para o período 2012/2013. (O Edital encontra-se disponível na página da SVMA/CADES - www.prefeitura.sp.gov.br).

As assembleias seguirão o seguinte cronograma:

| MACRO-REGIÃO | DATA / HORÁRIO | LOCAL | ENDEREÇO |
|----------------------|----------------------|---|--|
| CENTRO-OESTE (1 e 2) | 26/09/11 18 horas | SVMA | Rua do Paraíso, nº 387 São Paulo - SP térreo e 11º andar |
| NORTE (1 e 2) | 27/09/11 18 horas | Subprefeitura Santana | Av. Tucuruvi, 808 - Santana - São Paulo - SP |
| SUL (1, 2 e 3) | 04/10/11 18 horas | CIESP Distrital Sul | Av. Bernardino de Campos, nº 145, Brooklin - São Paulo - SP |
| LESTE (1, 2 e 3) | 11/10/11 18 horas | Parque Esportivo dos Trabalhadores – PET (antigo CERET) | Rua Canuto Abreu s/nº, esquina com a Rua Eleonora Cintra - Vila Formosa - São Paulo - SP |

4. Informe que será realizada **Audiência Pública**, com o objetivo de apresentação do **Projeto Urbanístico Nova Luz, para obtenção de subsídios para a análise do Estudo de Impacto Ambiental - EIA**, oportunidade em que ele será apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões.

Data: **29 de setembro de 2011**. (Credenciamento: início às 16:00 horas)

Horário: **18 horas** - Local: **Ginásio Poliesportivo Pacaembu**

Endereço: **Complexo Esportivo do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho**, com entrada pelo Portão Principal situado na Praça Charles Miller, s/nº - Pacaembu- São Paulo.

(O RIMA está disponível para consulta na página da SVMA/CADES, no site: www.prefeitura.sp.gov.br)

5. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia

1. Apresentação do Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade, Sra. Ângela Maria Branco, Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade da SVMA.
2. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 134ª Reunião Plenária Ordinária do CADES (*será encaminhada posteriormente*).

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável - CADES

Carlos Fortner (Presidente): – Bom dia a todos. Iniciaremos a nossa reunião de hoje, com o ponto 1 da Ordem do Dia que será a apresentação do Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade, pela Sra. Ângela Maria Branco, Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade da Secretaria do Verde. Ângela por favor.

Ângela Maria Branco (Coordenadora do GT sobre Biodiversidade – SVMA): – Bom dia senhores e senhoras Conselheiros. Em nome do Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade da Secretaria do Verde, nós agradecemos a oportunidade de apresentar o plano pela biodiversidade da cidade de São Paulo. Eu não vou tratar muito a questão da biodiversidade, considerando que todos nós que já sabemos do que estamos falando. Porém, só destacar qual é a definição de biodiversidade, segundo a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, mostrando que a biodiversidade é a vida, mas a vida desde a forma microscópica, até no próprio *gen*, e também os complexos ecossistemas. E vou destacar também aquilo que se trabalha atualmente com a biodiversidade, que são serviços e os valores da biodiversidade. Como base, na formação do solo, polinização e ciclagem dos nutrientes, biodiversidade com provisão de alimentos: água, madeira, fibra, recursos genéticos como reguladores do controle climático de enchentes e doenças, da qualidade da água. E em relação aos valores culturais, recreativos, estéticos e espirituais. Bom, agora que inicia-se realmente a apresentação do plano. O plano tem um ponto de partida, e o ponto de partida nós destacamos a participação da cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo é uma das 21 cidades pioneiras de participação em um projeto internacional de iniciativa do ICLEI, do escritório África do Sul denominado LAB (*Local Action for Biodiversity*). São Paulo integra esse projeto no ano de 2007 e a partir daí se dá os desdobramentos dos trabalhos que eu irei apresentar na seqüência. Eu não vou tratar muito da participação do próprio LAB, mas gostaria de destacar que ele realmente foi um ponto de partida e que ele propiciou principalmente em relação à própria Secretaria uma aproximação dos técnicos e das unidades da própria Secretaria que trabalha com o tema biodiversidade. E isso no final de 2009 gerou um produto, o produto é esse relatório, que é uma versão em inglês, ele pode ser baixado, ele está no site da própria Secretaria, ele foi também distribuído. E essa versão é em inglês, porque era um projeto na esfera internacional e esse material foi distribuído nos encontros que houve com relação ao próprio projeto, houve *workshops* internacionais. E aqui, esse relatório traz um retrato da própria Secretaria, do estado do trabalho com biodiversidade até o ano de 2008, então, o relatório de 2008. Ele resgata desde o histórico da própria criação da Secretaria e ele traz números de como a Secretaria vem trabalhando com a questão da biodiversidade, tanto em áreas verdes, quanto com flora, educação e de outros temas relativos à biodiversidade. O importante que ao concluir essa primeira etapa do projeto da participação do LAB inicia-se a segunda etapa. E na segunda etapa, para novamente dar um ponto de partida, foi criado um Grupo de Trabalho, que nós chamamos de GTB, por portaria do Secretário. Esse grupo definiu 2 principais produtos. Um seria a elaboração de um plano municipal de estratégias e ações locais pela biodiversidade, que já era uma orientação da própria participação no Projeto LAB. E o segundo seria a atualização do relatório das ações locais pela biodiversidade, uma versão em português. Então, nós já aproveitaríamos e traríamos a versão em português atualizada para o ano de 2010. Bom, os responsáveis pela elaboração e formulação desse plano foram parte dos técnicos da própria SVMA, dentro de um processo. Nesse método, vamos chamar aqui como “chuva de idéias”, porque esse processo levou um ano e 5 meses para ser concluído. Não que tenha demorado esse tempo, na verdade, a elaboração desse plano fazia parte de uma pauta desse grupo, que tem outras atribuições e tem outros produtos para apresentar. Porém, em toda pauta de reunião, quem em média é uma reunião por mês, o plano era tratado. Então, por isso que ele levou cerca de um ano de 4 meses. Mas o tempo foi muito importante, porque foi o tempo suficiente para amadurecer as idéias, complementar, para discussão interna, dentro das unidades e fora das unidades. Então, foi um tempo bastante precioso, houve cerca de 20 reuniões onde o plano foi tratado como pauta das reuniões. Chuva de idéias, porque ele inicia muito modestamente, os próprios técnicos tinham alguns receios de colocar algumas ações no sentido de dizer: “*Mas nós daríamos conta dessa ação? Nós temos estrutura para executar essa ação?*” E ao longo do tempo as pessoas foram se soltando diante de uma metodologia de colocar o que deveria ser feito, não importa quem, como, nós vamos elencar o que deve ser feito. Depois quem, como, quando, quanto vai custar a ação, quem irá pagar a execução, viria dentro do próprio processo de elaboração do plano. E o processo sempre visou agregar contribuições do maior número de pessoas que atuam diretamente com biodiversidade. Dentro da própria Secretaria nós identificamos todas as unidades que atuam e buscávamos a participação e colaboração. Apresentar em outros espaços? Um espaço muito interessante que o plano foi apresentado foi no Comitê Municipal de Mudança do Clima e Eco-economia, porque é uma outra esfera, um outro comitê, um comitê municipal e com representatividade de todos setores, muito bem representado. Discutir com os parceiros, porque tem uma série de ações que demandam a participação de universidades, academia, de ONGs, então, foi necessário também discutir com esses parceiros o que eles estavam achando desse plano e apresentar aos Conselhos, como hoje está se dando nesse momento. Aos Conselhos, porque também ele também deve ser apresentado aos Conselhos Regionais. Como produto depois desse um ano e 5 meses de formulação, foi publicada agora em junho, 26 de julho, desculpa, no Diário Oficial a portaria 91, que é a portaria que resolve implantar o plano. O plano foi consolidado em 9 diferentes objetivos e ele contempla 80 diferentes ações. Aqui eu vou elencar os objetivos que nós pautamos, lembrando que esses objetivos estão em conformidade com as diretrizes da política nacional de biodiversidade e também da convenção da Biodiversidade. Bom, como primeiro objetivo nós tínhamos Conhecimento da biodiversidade paulistana. Segundo, a preservação, conservação, a recuperação e proteção da biodiversidade. O terceiro, monitoramento, avaliação e prevenção e mitigação de impactos sobre a Biodiversidade. Indicadores, índices e dados no quarto. No quinto, os sistemas de informações ambientais. Sexto, pagamento por serviços ambientais. Sétimo,

educação, sensibilização pública, informação e divulgação sobre biodiversidade. Oitavo, governança, políticas públicas, fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade. E o nono, utilização sustentável dos componentes da biodiversidade. Agora na sequência eu não sei se todos os Conselheiros receberam a cópia da portaria, se vocês conhecem esse documento, qual o encaminhamento que nós poderíamos dar. Dr. Carlos, porque nós podemos, se vocês desconhecem o documento para termos o maior aprofundamento, nós poderemos ler as ações, são 80 ações, nós leríamos em conjunto ou passaríamos, aí depende de vocês, o que vocês entendem como melhor. (intervenções fora do microfone) Então, vamos fazer a leitura. Eu coordeno aqui, é uma leitura rápida. *“-Objetivo I: Conhecimento na biodiversidade paulistana. Mapear fisionomias, vegetais no município.”* Por favor, aí se vocês puderem, se tiverem alguma observação vão anotando o que vocês acham que deva um maior esclarecimento. *“-II: Ampliar e incentivar projetos, inventários florístico e faunístico, publicar a lista das espécies que ocorrem no município, identificar, caracterizar e mapear áreas prioritárias para preservação, conservação e recuperação da biodiversidade, especialmente aquelas em que ocorram espécies ameaçadas de extinção ou idêmicas. Resgatar registros históricos da biodiversidade paulistana, construir banco de dados com séries históricas georeferenciadas sobre a biodiversidade paulistana, incentivar estudos biogeográficos, com previsões de ocorrência e incremento de espécie associada às mudanças climáticas.”* E vocês vão observar que para cada um objetivo foram elencados apenas os órgãos executores da própria prefeitura, porque é um plano municipal e nesse momento nós chamávamos a atenção para nós executarmos esse rol de ações nós precisaríamos da participação ativa dessas Secretarias que estão elencadas pela sigla. Na sequência, no objetivo II, 22 ações: *“- Preservação, conservação, recuperação e proteção da biodiversidade. Aumentar a área de cobertura vegetal biodiversa no município; proteger as fisionomias vegetais naturais e as áreas prioritárias para a preservação, conservação e recuperação da biodiversidade; ampliar o programa de criação e implementação de unidades de conservação, Parques, praças, corredores verdes; criar e implantar zonas de amortecimento das unidades de conservação e áreas envoltórias dos Parques urbanos; interligar as áreas protegidas por unidade de conservação, área de preservação permanente, Parques, praças, arborização urbana para formarem corredores para a biodiversidade; pesquisar as espécies vegetais nativas com potencial ornamental e as suas relações inter espécies para plantio na cidade; realizar pesquisas para a produção e utilização de espécies nativas ornamentais; incentivar e promover plantios de espécies vegetais nativas no município, em Parques municipais e demais áreas verdes, recuperar espécies vegetais que ocorram no município e que apresentem algum grau de ameaça; estimular a implantação de jardins, paredes, telhados e calçadas verdes com espécies nativas; incentivar e promover projetos voltados à recuperação da biodiversidade em ecossistemas aquáticos; elaborar plano de manejo específico para ambientes aquáticos em Parques que possuam copos d'água; incentivar pesquisas que busquem meios de controle da disseminação de espécies consideradas invasoras em áreas prioritárias para a conservação do município; implantar planos de ação para as espécies da fauna ameaçada de extinção e de ocorrência no município, como a onça parda e o muriqui do Sul; incentivar e promover projetos voltados à recuperação da fauna nativa; realizar pesquisas sobre a ocorrência e distribuição de doenças e zoonoses presentes na fauna silvestre para fins de controle; ampliar as ações voltadas para a vigilância epidemiológica de doenças e zoonoses relacionadas à fauna silvestre propiciadas pelos eventos climáticos extremos e as mudanças climáticas; incentivar e promover pesquisas e projetos que venceram as questões relativas à biodiversidade na área de saúde; promover ações que integrem a proteção da biodiversidade com a proteção dos demais recursos naturais e agricultura; incentivar práticas de agroecologia e permacultura; ampliar a fiscalização do emprego de madeira legalizada e certificada; incentivar e promover pesquisas que relacione a proteção da biodiversidade como instrumento de enfrentamento das mudanças climáticas e ilhas de calor.”* Às vezes vocês vão observar, na leitura rápida, vocês vão dizer: *“-Mas isso já apareceu.”* Pode ter aparecido a ação em um item e novamente alguma coisa retorna em outro, mas tem que observar o objetivo, porque ora ela está em um objetivo, ora também ela está em outro, e para nós é muito importante elencá-las novamente, porque são órgãos às vezes diferentes que atuam com esses objetivos, mesmo dentro da própria Secretaria, a fiscalização é um Departamento, já planejamento é outro. Então, nesse sentido parece que tem algumas coisas repetidas, mas quando se olha com calma percebe que o verbo ali é diferente. *“-Monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre a biodiversidade. Então, reduzir o desmatamento irregular por meio de fiscalização integrada e ações educativas; promover o monitoramento da qualidade da água e da diversidade florística e faunística do meio aquático; evitar consanguinidade da fauna por meio de criação e implantação de instrumentos de conectividade da vegetação; promover a diversidade genética em áreas verdes por meio de criação de bancos de e coleção viva de espécies vegetais nativas do município; monitorar o desenvolvimento das espécies nativas plantadas; monitorar e controlar as espécies da fauna e flora, consideradas exóticas invasoras em áreas públicas e desestimular a sua multiplicação e reprodução em viveiros particulares; ainda no objetivo 3 regulamentar a produção e o comércio de especiais vegetais exóticas consideradas invasoras; intensificar ações fiscalizatórias contra crimes envolvendo a captura e o comércio ilegal de animais silvestres, reduzir as ilhas de calor existentes no município por meio de plantio; reduzir a perda de habitat da biodiversidade por meio da preservação dos ecossistemas e recuperação de áreas degradadas, cursos d'água, nascentes e mananciais. Objetivo IV: Indicadores e índices dados: Atualizar e aprimorar os indicadores e subindicadores relacionados a biodiversidade, aqueles já descritos no (ininteligível) São Paulo 2004; promover a criação de indicadores relacionados à proteção da biodiversidade com a saúde ambiental. Objetivo V: Sistema de informações ambientais. Atualizar e disponibilizar os dados georeferenciados de biodiversidade no portal da Biodiversidade de São Paulo; implantar o SISERB – Sistema de Informações Herbário; ampliar o SisFauna, o Sistema de Informações da Fauna com as informações e dados dos prontuário dos animais atendidos; integrar os sistemas para a SVMA, especialmente os que gerenciar informações e dados sobre biodiversidade e estes com o sistema utilizado pela Secretaria municipal de saúde.”* Então, é um sistema

para cadastramento do setor de produção e comércio de produtos e sobre produtos da flora e da fauna no município. Outro detalhe, vocês vão observar que uma série de ações, algumas delas já fazem parte das atribuições, mas aqui no sentido de fortalecer essa ação, mas principalmente ampliá-la. E os que estão aqui parecem que tem coisas novas. Não! Um bom exemplo são os sistemas, eles já existem, mas eles precisam ser aprimorados, ampliados. Então, é só no sentido de destacar a importância da continuidade dessa ação. “- *Pagamento por serviços ambientais, objetivo número VI. Promover e participar do desenvolvimento da metodologia para valorar a Biodiversidade do município; promover a remuneração pelos serviços ambientais proporcionados pela natureza à sociedade. Objetivo VII: Educação, sensibilização pública, informações e divulgação sobre Biodiversidade; promover cursos sobre a temática biodiversidade para todos os tipos de público; promover cursos de atualização para professores da rede pública municipal, estadual e privada sobre biodiversidade, incluindo aspectos legais envolvidos. Estimular a inserção da temática biodiversidade nas escolas da rede pública municipal; promover a publicação de materiais educativos e informativos relativos à biodiversidade e a sua relação estreita com a qualidade de vida e saúde das pessoas; divulgar os resultados dos estudos e pesquisas sobre biodiversidade realizados no âmbito do município; divulgar o arcabouço legal sobre a biodiversidade no portal da biodiversidade e da SVMA e junto aos diversos equipamentos da Secretaria municipal de saúde e Secretaria municipal de educação; dar continuidade na participação do Projeto Leby[?], coordenado pelo ICLEI e ICLEI África do Sul; sediar e promover eventos relacionados à biodiversidade; estimular a divulgação da temática biodiversidade das ações realizadas pelo município nos meios de comunicação; publicar a cada biênio os resultados da implementação do plano municipal de estratégias e ações locais pela biodiversidade. Objetivo VIII: 19 ações: governança, políticas públicas, fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade. Revisar a legislação municipal sobre biodiversidade e sugerir adaptações relativas a objetivos do plano municipal e de estratégias de ações locais pela biodiversidade; criar um Plano Diretor de áreas verdes e arborização urbana; estimular e facilitar a criação de reservas particulares e o patrimônio natural municipais; implementar os planos de gestão e os planos de manejo das áreas verdes dos municípios; propor instrumentos legais e estabelecer diretrizes e normas de procedimentos para a gestão e o manejo da flora e fauna; elaborar um instrumento legal e criar incentivos para o pagamento por serviços ambientais proporcionados pela natureza; incentivar a criação de alternativas econômicas para as populações que residam no entorno de unidades de conservação, visando evitar a extração e o comércio ilegal da flora e da fauna e melhorar a qualidade de vida dos moradores locais; elaborar instrumentos legais para normatizar a produção, transporte, armazenamento, venda e plantio de espécies vegetais consideradas invasoras; promover projeto os voltados à implementação do plano municipal de estratégias e ações locais pela biodiversidade em todos os editais do Fundo especial do meio ambiente e desenvolvimento sustentável; buscar os recursos públicos ou privados para a implementação das ações relacionadas no plano municipal de estratégias e ações locais pela Biodiversidade; firmar convênios com entidades públicas, privadas e organizações não-governamentais nas esferas nacional e internacional para a execução das ações relacionadas no plano; adequar a legislação municipal para que o percentual previsto de área permeável em edificações seja sobre solo natural sem barreiras físicas com a finalidade de arborização; elaborar instrumento legal de obrigatoriedade de implantação de áreas verdes funcionais para a Biodiversidade em empreendimentos imobiliários como medida de compensação ambiental em termos de ajustamento de conduta; inserir no termo de referência ambiental a medicação ou compensação para a fauna silvestre na avaliação do impacto sobre a biodiversidade causada pela instalação de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, tema de compensação ambiental o termo de ajustamento de conduta; agregar valores relativos à perda da biodiversidade faunísticas nos processos de: licenciamento ambiental, termos de referência ambiental, TCA, TAC e direcionar a compensação para projetos, projetos ou ações voltados à conservação da fauna e proteção de espécies silvestres; ampliar a obrigatoriedade no emprego de madeira legalizada e da certificada no âmbito do município; equipar e ampliar a capacitação da guarda civil ambiental, municipal e ambiental para atuar no combate da coleta, captura e comércio legal da fauna e flora; promover a articulação institucional para a inserção de questões relativas à proteção da biodiversidade na temática da mudança climática por meio do comitê municipal de mudança do clima e eco economia; criar um programa de preservação e proteção da biodiversidade paulistana para a implementação do plano municipal de estratégias e ações locais para a biodiversidade e definição de metas para 2015 e 2020; e por último, com o nono objetivo, com 3 ações:*

Utilização sustentável dos componentes da biodiversidade. Estimular e capacitar agricultores e viveiristas para a coleta e comercialização de sementes e para a produção comercial de espécies nativas; criar incentivos para pesquisas visando a utilização sustentável de componentes da flora paulistana e estimular a produção de madeiras certificadas no âmbito do município.” Bom, agora o plano. Ele foi publicada por uma portaria e tem a continuidade desse processo. Mas eu falei que o grupo elegeu duas diferentes ações para apresentar, uma foi o plano e, a outra, é a elaboração do novo relatório, o relatório agora atualizado para o ano de 2010 em português. Esse relatório já está pronto, ele já está na fase realmente de encaminhar para a gráfica, ele já está finalizado. E o que tem de interessante nesse relatório, a proposta de apresentar os trabalhos da biodiversidade em formas de relatórios, talvez de forma como aparece no plano, ou seja bianual. Como ele demonstra forte atuação da prefeitura no sentido de atuar na proteção da biodiversidade. Eu vou dar só um dado do relatório de 2008, com relação ao de 2010, que seria o número de Parques municipais. Se olharmos lá na versão em inglês nós vamos ver que a cidade de São Paulo em 2008 tinha 39 Parques operando na cidade, em operação, mas falava também da implantação dos novos, mas funcionando 39. E no relatório de 2010 esse número sobe para 66, eu acho que isso é uma demonstração de como tem sido a ação da SVMA no sentido de ampliar as áreas verdes. E assim ocorreu em todas as áreas, apenas assim, destacando as mudanças de número, de um esforço na busca de pesquisas, de ações concretas. Então, esse relatório tão logo fique pronto eu acredito que vai ser distribuído

para todos os Conselheiros. E na seqüência do processo, só para finalizar, agora o grupo vem se reunindo. Na próxima semana nós teremos uma nova reunião onde nós já iniciamos um trabalho de detalhamento das ações e definições das metas para 2015 e 2020. Também já estamos pensando na questão orçamento, os custos para cada uma dessas ações, e na criação desse programa, do programa para a preservação e proteção da biodiversidade paulistana para acompanhar a implementação e execução do plano. Um resultado bastante positivo desse trabalho, que já pode ser conferido, foi a inclusão da temática da biodiversidade na questão das mudanças climáticas. O que ocorreu foi que na elaboração das Diretrizes do Plano Municipal de Mudanças do Clima e Eco economia, no Grupo Uso do Solo, a proposta de implantar o plano, esse plano que eu mostrei para vocês aparece como uma das ações prioritárias dentro das diretrizes da mudança climática. Então, é um ganho, porque é um outro instrumento acenando que é importante a implantação desse plano. Aqui eu elenco as pessoas que atualmente fazem parte do grupo, esse é o grupo já ampliado de 2011. Nem todos trabalharam no processo inicial da formulação do plano, porém, todos estavam presentes na finalização desse plano antes que ele fosse publicado na forma de uma portaria. O que é interessante é que aqui nós temos pessoas, desde ligadas diretamente ao gabinete do Secretário e pessoas que atuam em todos os departamentos incluindo ali o DGD, que é o Núcleo de Gestão Descentralizada. Aqui nós temos pessoas que atuam no gabinete, na divisão de fauna, no herbário, no Departamento de manejo de Parques, no de projetos, DEPAVE, DECONT, no DEPLAN e no DEA e DGD. E outra dinâmica é que, independente de ser titular ou suplente, todos sempre estão convidados para todas as reuniões, além de outros convidados que nós também agregamos ao grupo para colaborar no processo. E aqui também fica demonstrado de como a questão de trabalhar dentro de uma temática, dentro de um eixo, às vezes o eixo parte de pessoas, pessoas de diferentes departamentos. Então, por meio desse eixo nós temos que expandir as ações. Certamente na esfera de gabinete será dada a orientação no sentido de envolvimento dos outros órgãos, das outras Secretarias e até mesmo dentro do DGD a discussão e também o norteamto das ações nas regiões. Por região, uma vez que o Departamento de gestão descentralizada participa desse processo e tem como atribuição levar a todos os DGDs. Então, nós trabalhamos assim nos 2 extremos para que esse plano seja permeado dentro da política interna da própria SVMA dentro da Secretaria e contando com a participação de todos os outros setores envolvidos. Bom, e eu agradeço pela apresentação e fico à disposição para algum esclarecimento. Obrigada!

Carlos Fortner (Presidente): – Obrigado Ângela. Só confirmando o dado, em 2006... Não, 2008 eram 38 Parques? 34.

Ângela Maria Branco (Coordenadora do GT sobre Biodiversidade - SV): – É que, na verdade, quando nós fizemos o relatório nós estávamos trabalhando também com Parques em implementação, então, nós tínhamos essas todas categorias. Então, ele elencava várias categorias. E quando nós finalizamos saiu publicado 39. Então, a questão foi um erro da publicação em inglês, que agora, então, está sendo retificado.

Carlos Fortner (Presidente): – 39 inaugurados

Ângela Maria Branco (Coordenadora do GT sobre Biodiversidade - SV): – Inaugurados, operando.

Carlos Fortner (Presidente): – E em 2010 66?

Ângela Maria Branco (Coordenadora do GT sobre Biodiversidade - SV): – 66. E atualmente nós já estamos com 80.

Carlos Fortner (Presidente): – Hoje consolidamos o Parque de número 80, no Parque Guaembú, lá na Capela do Socorro. Está bom, só para a gente ir avançando. Alguém tem algum comentário a respeito da apresentação da Ângela?

Cons. Cíntia: – Bom dia Ângela. Meu nome é Cíntia, , tem uma série de ações que vocês estão pretendendo fazer, que está colocado no plano, bastante difíceis de serem alcançadas. Porém outras a gente tem, já existem pessoas e organismos, e instituições que fazem. Então, eu não sei como vocês estão enxergando a possibilidade de parcerias. Por exemplo, no objetivo 5 ele fala de sistema de cadastramento de comerciantes de produtos e subprodutos da fauna e flora. Isso existe, é o cadastro técnico federal, que é de responsabilidade do Ibama. Então, todos os comerciantes hoje que estão no Brasil inteiro, incluindo a cidade de São Paulo, já estão cadastrados. E até a Secretaria de meio ambiente do estado tem parceria com o Ibama para acessar esse sistema. Então, é uma possibilidade de ampliar para a prefeitura, é um sistema bem simples de localizar, você tem toda a informação. Que o comerciante não só necessita do cadastro técnico, como o recolhimento de taxas, dependendo da atividade que ele atua. Então, esse sistema existe e é do governo.

Ângela Maria Branco (Coordenadora do GT sobre Biodiversidade - SV): – Obrigado Cíntia pela contribuição. Aproveito também para dar um outro esclarecimento, porque ao pontuar as ações fica claro que é aquilo que é de competência do município, possivelmente há uma série de outras ações que poderão ser elencadas, mas não seria de competência direta. Ao trazer também essas ações para o município isso faz com que o município esteja integrado, ele tenha acesso a essas informações e ele possa trabalhar com essas informações dentro da sua dinâmica de trabalho, que muitas vezes não está. Então, é um passo que nós temos que dar. Quando nós falamos em criar um Plano Diretor de arborização. Mas não existe? Não! É organizar na figura de um plano para

ser seguido como regra mesmo no município. Então, na verdade, é um ordenamento, uma arrumação. E o outro destaque que eu quero dar é o seguinte, é um plano muito ousado, nós tivemos, antes de finalizar este plano, nós convidamos representantes das universidades de São Paulo, nas faculdades, o Instituto de Biociências, Faculdade de Medicina Veterinária, Faculdade de Saúde Pública, USP Leste, esteve presente, recebeu uma versão do plano antes da finalização para que eles pudessem também dar uma contribuição. E eles fizeram uma observação: é um plano muito ousado, complexo! Onde é que vocês vão arrumar recurso para executá-lo? Na verdade, ele é um plano que é executado com parcerias, porque uma série de ações podem ser desenvolvidas por parceiros, ONGs, os recursos, pensamos nos recursos desde os orçamentários, que cada unidade possui, porém, também recursos do fundo e buscar outras fontes de recurso. Então, na verdade, o plano acena para o que tem que ser feito e deve ser feito minimamente. E agora nós temos que criar esse programa para começar a executar e prestar contas. É importante que nesse relatório que está sendo publicado, agora o plano consta na íntegra. Então, ele também é um instrumento onde as pessoas vão poder acompanhar o desenvolvimento, a implantação de fato desse plano para não ficar um plano no papel. A idéia é que realmente a prefeitura comece a prestar, começar não, desculpe, dê continuidade a essa prestação de contas mostrando números e resultados dos seus trabalhos.

Carlos Fortner (Presidente): – Eu entendo que o plano de tem como função consolidar, quer dizer, colocar no papel aquilo tudo que tem que ser feito, e que já vem sendo feito, tem 2 exemplos que eu li ali que me chamaram atenção. Um é das unidades de conservação, tem também da política de preservar o entorno da periferia, toda essa parte de agricultura de orgânicos. Ontem mesmo com o representante de Abastio, o Beto Graziano, nós estabelecemos que a primeira feira de orgânicos vai ser feita a partir do dia 15 de outubro lá no Parque Bulemarques. E é toda uma política de plantio de produtos orgânicos ao redor da represa do Guarapiranga e assim por diante. Então, as ações estão acontecendo na implantação dos Parques, a implantação da biodiversidade está acontecendo. Alguém tem mais alguma observação do trabalho da Ângela? Giovanni!

Cons. Giovanni: – Ângela, só um breve comentário, primeiro eu queria parabenizar pelo trabalho, excelente trabalho, bem completo e naquela visão que eu acho que nós temos que ter mesmo, grandes problemas, grandes soluções. E seria interessante ter uma divulgação bastante forte desse plano de ações, que é isso que vai dar efetividade, concretude as nossas, aos nossos próximos passos. Achei bem interessante você frisar que esse plano de ações estará pronto. Então, ele tem um plano no tempo e com os custos. E ele deve ser gerenciado constantemente, nós devemos acompanhar para que essas ações, que são possíveis ou que tiverem problema da gente ter uma gestão... Então, agora vai a minha pergunta: esse gerenciamento e essa gestão está na responsabilidade de quem? Está vendo no seu ponto de vista de ações, execução, recursos, fez, não fez, reformulação. Como é que está essa dinâmica de gerenciamento dessas ações que serão propostas para 2015 e 2020?

Ângela Maria Branco (Coordenadora do GT sobre Biodiversidade - SV): – Isso vai surgir justamente quando nós apresentarmos esse quadro. Inicialmente esse plano está sob a responsabilidade da Secretaria municipal do verde e do meio ambiente. Dr. Eduardo ao publicar a portaria, aqui eu vou fazer um destaque, porque eu acho que merece, esse foi um trabalho elaborado por técnicos, como vocês puderam constatar, esse plano não foi alterado em nenhuma palavra sequer, a versão que foi encaminhada ao gabinete foi aprovada na íntegra. Então, isso é bastante interessante, muito gratificante para o corpo técnico. Ou seja, hoje ele é um plano da Secretaria do Verde e do meio ambiente. Mas eu entendo que pela complexidade e pelo envolvimento dos demais setores ele deva seguir em uma instância talvez municipal, porém eu acho que a Secretaria do Verde seria o órgão mais competente. Não sei. Mas essa é uma decisão que deve ser tomada pelo próprio Secretário. Mas tem que ser entendida não como um plano da Secretaria do Verde, não é isso, ele é o plano municipal, ele é o plano da prefeitura de São Paulo. Esse plano eu acho que ele também merece destaque, teve um evento agora a uns dias em Bnon, um evento das cidades, sustentabilidade e as cidades, e esse plano foi apresentado como um produto pelo Secretário Adjunto de relações internacionais como o que a cidade de São Paulo tem feito pela biodiversidade. Então, isso acena que esse plano está sendo acolhido na esfera realmente do poder central.

Carlos Fortner (Presidente): – Mais alguém quer se manifestar alguma observação com relação ao trabalho da Ângela?

Cons. Florência (ICLEI): – Florência do ICLEI. Parabéns. Ângela só uma complementação, também fica aqui uma sugestão talvez para trabalhar nesse final de gestão, considerando justamente a mudança o ano que vem. Porque a portaria tem essa fragilidade na mudança de gestão, ela pode ser facilmente anulada,. Então, de repente trabalhar, ainda que tenha a política municipal de mudanças climáticas, talvez trabalhar, tentar trabalhar em um Decreto ou até eventualmente uma lei específica vai dar, poderia garantir que esse programa continue de fato sendo implementado e que o orçamento seja destinado para a implementação do plano. Então, fica aqui só em breve comentário e um comentário, um anúncio aí para todos os membros aqui do Conselho. O ICLEI vai ter o Congresso mundial em Belo Horizonte, é o primeiro Congresso mundial do ICLEI na América Latina, ocorre a cada 3 anos. Vai ter todo um espaço bem grande destinado, alguns dias, painéis destinados a questão da biodiversidade, a gente já está em contato com a Secretaria toda, mas pode ser um momento também de, não só de divulgação, mas de repente se for trabalhado algum tipo de Decreto, alguma outra ação, enfim, de gestão pode ser um momento interessante

Cons. Florência (ICLEI): - O ICLEI é uma organização internacional, uma associação de governos locais internacional, e foi criada em 1990, a gente está com um escritório aqui em São Paulo deve fazer quase 6 anos já, a nossa primeira sede no Brasil foi no Rio de Janeiro. O processo de sediar o Congresso mundial, o processo de concorrência. Então, é aberto um processo de concorrência mundial, as cidades que têm interesse solicitam todo o processo de Bidin, enfim, de propostas. A gente estava em contato com São Paulo, quer dizer, a gente tem uma aproximação muito grande com SVMA, com o próprio Secretário e com a Secretaria de RI. E não houve, São Paulo não solicitou, não houve interesse da cidade de São Paulo de sediar o Congresso no ano que vem. As 2 cidades brasileiras, na verdade, as 2 cidades da América Latina que se apresentaram foram Belo Horizonte e Rio de Janeiro, não houve outra cidade da América Latina. Então, especificamente para o Congresso mundial, até porque provavelmente dentro da estratégia tinha a questão da cúpula da C40 esse ano. Então, para não ter provavelmente muitos congressos, enfim, para a cidade não gastar muito dinheiro e não sediar diversos congressos eu acho que fez parte da estratégia da cidade como um todo de não se apresentar na concorrência. Então, isso foi aberto, foi transparente, o Secretário Eduardo Jorge faz parte do comitê global. Então, se tem uma cidade, já estive próxima do ICLEI, é São Paulo.

Carlos Fortner (Presidente): – Tem que esperar 3 anos de novo, não é Giovanni? (risos) Bom, alguém quer se manifestar mais alguma coisa?

Cons. Pedro: – Bom, eu trabalho na SIURB, a gente tem uma série de intervenções na cidade que sempre inclui em alguma área verde, às vezes é pequena, às vezes é até um Parque linear, é uma coisa mais extensa. E a gente sente, assim como não é a nossa atribuição específica, a gente não tem uma regulamentação de como deve ser, como devem ser esses projetos paisagísticos. Então, viria muito a calhar se a gente dispusesse de uma norma, uma instrução técnica. Por exemplo, a gente às vezes recebe um projeto que contempla mais espécies exóticas. Eu vejo que o interessante seria a gente priorizar as espécies nativas e principalmente as espécies que estão, que tem menos abundância aí. E isso a gente pode incrementar nos nossos projetos, mas seria bom se a gente tivesse alguma orientação normativa ou alguma orientação técnica, alguma coisa assim que já desse uma diretriz da SVMA nesse sentido. Outra coisa, quando a gente tem uma intervenção muitas vezes a gente atinge uma área a ser preservada. Então, esse material de mapeamento, de áreas a serem preservadas com mais ênfase ou menos ênfase, a gente pode isso, tendo isso disponibilizado, a gente pode utilizar como uma condicionante de projeto, que eu acho que a gente já caminha em uma direção única. Outra coisa, aí falando como munícipe, eu em casa tem uma árvore, por exemplo, que é uma Uvaia, que têm muito poucas na cidade, que é uma espécie nativa, eu vejo que não existe uma iniciativa de incentivo a esse tipo de coisa. E você adotar uma espécie que não é muito comum e uma espécie nativa. Eu incluiria também uma ação nesse sentido, ou distribuição de mudas no sentido e algum incentivo, não sei até fiscal, não sei se seria viável, mas pelo menos de divulgação disso e distribuição de mudas.

Carlos Fortner (Presidente): – Isso é um trabalho que eu acho que vem sendo reforçado, viu Pedro, a distribuição de mudas é feito. Qualquer munícipe pode fazer, vai pegar uma muda em Parque, é distribuído em partes, e são só mudas nativas. Então, quando a gente tem produção de árvores aqui em São Paulo, mudas nativas especificamente. E ao mesmo tempo, as mudas que são recebidas por TCAs também especificamente nativas, que atende uma lista do DPA. Então, só uma dúvida que para mim não ficou claro, quando você falou que tem um projeto de SIURB, que tem algum paisagismo, um Parque linear, alguma coisa assim. Quando aparece uma espécie exótica, quem está propondo essa espécie exótica?

Cons. Pedro: – Não, aí contempla um projeto de paisagismo, nem sempre o paisagista opta por uma espécie nativa. Apesar da gente saber que deve ser priorizado isso, como não existe uma norma, então, às vezes se opta por uma espécie que não... Uma espécie exótica.

Carlos Fortner (Presidente): – Não, tem situações, lógico que uma espécie exótica por uma questão paisagística do visual talvez possa ser adequado. Mas a gente tem implantado sim, tem fomentado o uso de espécies nativas, tanto que a listagem do DPA ela é específica de espécies nativas, são eu acho que 60 espécies, ou coisa assim, nativas. Então, isso a gente pode aprofundar e passar essa listagem para vocês até para a SIURB ter essa diretriz junto a quem faz o projeto. Tem isso sim, eu acho que é só questão de aprofundar.

Sr. Carlos Fortner (Presidente): – Eu não consigo te garantir com certeza, mas eu acho que está no site essa informação, a listagem das espécies está no site. Isso está no site. E todo o manejo de árvore que ocorre em São Paulo, lógico, tem licenciamento. Então, a pessoa vai pedir um corte, uma poda, um transplante, passa pelo DPA, exceto as que são ilegais, as ilegais não passam pelo DPA e dá uma multa depois. mas aí quando dá multa e vai para o TAC, aí vai passar na listagem de espécie nativa também. Mas todas as que passam no DPA elas são filtradas para que sejam com espécies nativas, isso dentro de uma listagem de... E não só isso, tem um outro trabalho que foi feito já no começo do ano passado, nós fizemos uma ação muito grande junto aos empreendedores e aos viveiristas, no sentido de poder plantar ou produzir espécies mais raras, ou menos

comuns, nativas e menos comuns. Então, os viveiristas hoje estão produzindo espécies que seriam, não o Ypê, o Pau Ferro, a Cibipiruna etc., que é o comum, mas as mais diferentes estão sendo fomentadas também para se produzir. Por favor, Marcio.

Cons. Marcos Moliterno: - Bom dia a todos. Você tocou em um assunto que eu acho que a gente vai ter que enfrentar em algum momento, é sobre a poda de árvores. Eu fiz um pedido de poda em uma casa em Pinheiros há 3 meses, por que a árvore é uma Pata de Vaca, cresceu muito e está empurrando a calha, estar infiltrando dentro de casa. Eu sei como funciona e sei que demora, mas eu vou ter que mexer antes que vem a poda, porque senão vai arrebentar o telhado. Mas eu fiz especificamente para a gente poder acompanhar aqui no Conselho e ver que opções nós vamos ter. Porque eu sei que tem que esperar e tudo, mas se está estragando um telhado e vai propiciar, nós só vamos ter a época de chuvas agora, eu não posso ficar esperando um ano e meio a SUB chegar lá e falar:

Carlos Fortner (Presidente): – Você fez o pedido na sua prefeitura?

Carlos Fortner (Presidente): – Bom, isso eu posso falar de conhecimento de causa, porque quando eu estava com o Diretor do DPAV eu assinava todas as suas podas, e pedido de poda, e pedido de supressão. Aliás,, agora eu estou assinando pela... Porque não saiu ainda a nomeação do novo Diretor. Mas enfim, o que eu recomendo é assim, 3 meses é mais ou menos o prazo normal para isso, teve algumas que a gente conseguiu como recorde até em 3 dias. Quando eu comecei ela estava levando um ano, alguma coisa assim, então, a gente conseguiu agilizar isso. As SUBs elas têm sempre aquela... Tem uma demanda grande, Pinheiros é uma região que tem bastante árvore, é lógico, não tem efetivo de fiscalização suficiente, então, acaba acumulando processos. Então, o que eu diria é assim, passou 3 meses, isso eu recomendo para todo mundo... Fala: “-Está demorando muito.” Ouvidoria. Aí chega na Ouvidoria lá na SUB, eles dão uma pressionada. (intervenção fora do microfone)

Cons. Luis Ferrua: – Eu acho que esse plano desenvolvido pela Secretaria ele pode ser, vamos dizer assim, fadado ao sucesso no que diz respeito a Parques e instituições governamentais.. Mas é totalmente direcionado ao insucesso no que diz respeito a propriedades particulares. Se não houver incentivo as pessoas a manterem seus quintais com árvores isso vai desaparecer. E isso eu posso dizer, porque moro em um dos últimos bairros verdes de São Paulo, localizadas junto à Zona Sul, Santo Amaro, em que todos os grandes terrenos que lá existiam foram partidos para a construção de vilas. E o número de espécies que desapareceram nesse processo foi incomensurável. Eu posso dizer o meu próprio exemplo, eu moro em uma casa que tem 930 metros quadrados de terreno, com várias espécies nativas localizadas lá dentro e com o IPTU de R\$10.000,00 por ano. Então, se não houver incentivo por parte da prefeitura do sentido de preservar isso, essas propriedades vão desaparecer. A minha é uma que logo logo vai ser atacada pelo desenfreio e especulação imobiliária que reina em São Paulo, porque eu não vou conseguir resistir. Ninguém consegue, isso é uma consciência a pagar R\$10.000,00 de IPTU por ano. Então, se não houver por parte da prefeitura, dos órgãos, um incentivo que isso seja preservado de uma certa maneira, no que diz respeito às propriedades particulares será um total um fracasso e eventualmente terminaremos com esse plano com uma série de Parques e uma série de vilas, e nada mais. Então, a biodiversidade que lá existe no nosso bairro tende a desaparecer, por exemplo, nós temos uma família de micos que ao invés de passar de árvore para a árvore vai pelos fios, tanto que isso não é possível. Por quê? Porque as árvores desapareceram. Então, se não houver acompanhado um incentivo de mim o exemplo, ou com um exemplo, uma diminuição do IPTU àqueles que preservam o meio ambiente eu não acredito que esse plano vá muito para frente.

Carlos Fortner (Presidente): – Sr. Luis, o senhor especificamente mora aonde?

Cons. Luis: – Eu moro no Jardim Petrópolis.

Carlos Fortner (Presidente): – Jardim Petrópolis, está bem. Isso. Existem incentivos nesse sentido, vou citar dois, um é o fomento das RPPNs, até no sábado passado participamos em um evento lá no Solo Sagrado, em uma reunião discutindo a implantação dos RPPNs, que já tem uma RPPN, que é Mutinga aqui na região Norte e tem uma RPPN para ser implantada, que é a própria do Solo Sagrado.

Cons. Luis: - O que é RPPN?

Carlos Fortner (Presidente): – RPPN é a Reserva de Particular de Proteção Natural... Patrimônio Natural. O que é isso? O cidadão tem o terreno, eu vou falar o caso do Solo Sagrado mais específico, que esse é um pouco mais polêmico, a Mutinga já está implantada. O Solo Sagrado tem uma área muito grande ali, são acho que noventa e poucos hectares que eles vão fazer uma RPPN. O que ele faz? Ele vai grafar isso no registro de imóveis como uma área de preservação permanente. Ele tem benefícios depois no sentido de redução de IPTU, no caso ali eu acho que é imposto rural, eu tenho a impressão. Mas enfim, existe o fomento nesse sentido de se implantar, inclusive, mais RPPNs. Qual que é o objetivo disso? De que o proprietário do imóvel ele preserve aquela área verde que existe, preservando é lógico a biodiversidade, animais, vegetações e etc. Isso é perpétuo no momento em que ele grafou lá, ele vai vender um dia o imóvel, está grafado lá dentro. E outro incentivo que tem, aliás, uma série deles vizinhos da aonde o senhor mora, e eu queria fazer na minha casa, e eu não fiz

porque eu trabalho no poder público e trabalho na Secretaria do Verde e não fiz. No seu terreno o senhor falou, tem 900 metros quadrados. Quantos metros quadrados o senhor tem de área verde lá?

Cons. Luis: - 400 metros quadrados, porque foi eu que plantei a grama, então, eu sei exatamente.

Carlos Fortner (Presidente): – Bom, grama não vai entrar exatamente nesse...

Cons. Luis: - Não, não.

Carlos Fortner (Presidente): – Mas tem árvores. (intervenção fora do microfone) Ok. Então, o senhor tem praticamente metade do seu terreno é área livre permeável?

Cons. Luis: - É.

Carlos Fortner (Presidente): – E dessa metade quanto o senhor tem de área com cobertura arbórea?

Cons. Luis: - Eu posso dizer que eu tenho pelo menos 10 espécies nativas.

Carlos Fortner (Presidente): – Aí não vai não vai dá na quantidade, mas não vai dá quantidade de espécies arbóreas, mas iria dá a área que o senhor tem cobertura arbórea, se tiver um bosqueamento daquele Trecho. Então, vamos dizer, dos 400 metros quadrados, se o senhor tiver 300 metros quadrados onde tem uma cobertura vegetal de árvores mesmo, não chega... Não, tudo bem, não quero dizer se é 300 ou se é 200, o senhor consegue sim, tem legislação para isso, uma redução do IPTU, existe legislação para isso. Passaram por mim diversos casos lá da região da Chácara Flora onde tem terrenos bastante grandes, teve um que me chamou atenção, o proprietário pagava acho que era R\$ 25.000,00 ou R\$ 30.000,00 por ano de IPTU, ele tem que fazer isso anualmente. E ele conseguia reduzir alguma coisa como metade do terreno dele era cobertura vegetal mesmo, árvore, cobertura arbórea, e conseguiu reduzir praticamente a metade do IPTU. Então, existe, eu não saberia te dizer agora o número certinho disso, mas existe, é possível, tem que renovar todo ano.

Cons. Luis: - É, no caso da Chácara Flora realmente isso é possível, porque a Chácara Flora tem terrenos de 3.000, 4.000 metros quadrados. O que eu diria, por exemplo, na própria minha, a rua onde eu moro, todos os terrenos estão em volta de 1.000, 900 a 1.000 metros quadrados. Então, nós não temos nesse terreno de menor porte nós não temos a cobertura arbórea que você citou, certo, que nos permita integrar a lei. Agora, esses terrenos de 1.000 metros quadrados, juntos, à medida que a especulação imobiliária vai progredindo, eles vão comprando dois ou três e transformam em vilas, que são verdadeiros...

Carlos Fortner (Presidente): – É, isso aí requer a mudança da lei até.

Cons. Luis: - É. Mas o que eu digo é o seguinte, havendo incentivo nas propriedades menores, se eu tenho em casa 10 espécies nativas, eu tenho todo interesse de preservá-las.

Carlos Fortner (Presidente): – Mas eu acho que independe do da área. Não é porque é 1.000 metros quadrados, o terreno da minha casa são 360 metros quadrados. Eu fiz uma conta outro dia, eu vi que eu tenho lá 150 ou 180 metros quadrados de cobertura arbórea. Eu poderia me candidatar a pedir essa redução do IPTU também.

Cons. Luis: - Talvez esse processo seja pouco conhecido ou pouco, vamos dizer, divulgado, de maneira a que juntamente com esse plano apresentado haja uma divulgação melhor desses incentivos...

Carlos Fortner (Presidente): – É um plano de comunicação talvez, não é.

Cons. Luis: - Eu acho que talvez nesse plano fosse interessante incluir essa divulgação de maneira que esses terrenos, como o meu, fossem preservados. Isso como um adendo, aliás.

Mary Lobas (Secretária Executiva) – Certo. Abel.

Cons. Abel (Leste 2): - Abel, Leste 2. Eu acho muito bom toda essa conversa nossa aqui, mas hoje o jornal que circula no METRÔ não sei quantos mil, está dizendo aqui o seguinte: “*Prefeito veta Parque no Sapopemba.*” Aonde existe 15 milhões de pessoas. (intervenção fora do microfone) Metrô hoje está falando que o Prefeito vetou o Parque lá do Sapopemba. E eu ia fazer essa pergunta ao Sr. Secretário. Mas o Sr. Secretário teve que se ausentar.

Carlos Fortner (Presidente): – Parque Sapopemba?

Cons. Abel (Leste 2): - Isso, exatamente. Saiu no Metrô.

Carlos Fortner (Presidente): – Parque Sapopemba está em andamento, ainda passei lá na segunda-feira...

Cons. Abel (Leste 2): - Está em andamento? No bairro do Sapopemba. É na Fazenda da Juta.

Carlos Fortner (Presidente): – Eu vou apurar, eu desconheço isso aqui, eu vou apurar isso aqui e vê o que está acontecendo. Mas é do Parque Fazenda da Juta.

Cons. Abel (Leste 2): - É que o Prefeito prometeu 100 Parques. Não é isso? Hoje são 80, está inaugurando 80.

Carlos Fortner (Presidente): – Nós estamos com 80, nós temos mais uns em torno de 20 aí em fabricação, tem outros cinco ou seis que já estão abertos ao público, não estão inaugurados, mas estão abertos ao público.

Cons. Abel (Leste 2): - E essa área é justamente onde vai passar...

Carlos Fortner (Presidente): – Eu vou apurar isso e eu te dou uma resposta pessoal disso aí. Está bem?

Mary Lobas (Secretária Executiva) – Francisco!

Cons. Francisco: - Não, tem a ver com planos mais ou menos e também é um requerimento. Eu li no jornal de que a compensação ambiental da marginal, que previa uma implantação muito grande de árvores não foi feita. E eu não sei, eu estou reproduzindo aquilo que eu li no jornal. Portanto, eu queria até requerer, não sei se é ao DECONT, qual é o órgão competente para averiguar esse fato que é grave e trazer um relatório ao CADES. Porque se a própria DERSA, que é um organismo estadual não cumpre o que foi determinado, é muito triste.

Carlos Fortner (Presidente): – Houve um pleito da DERSA de trocar algum plantio por outras ações que não foi aceito. Então, eu não sei se essa notícia saiu a partir daí. Funciona assim, existe o plantio, da compensação à obrigação pela compensação, isso passa no DPA, a gente tem uma fiscalização disso. Então, existe sim uma auditoria sobre isso. O que houve agora recentemente foi uma proposta da DERSA de trocar plantio faltante por outras ações que a obrigação deles é o plantio, não tem que trocar por autorizações.

Cons. Francisco: - Bom, então, eu gostaria de fazer esse requerimento oficial, eu queria fazer um requerimento oficial pedindo para o CADES receber um relatório a cerca da compensação ambiental ou não que está acontecendo.

Carlos Fortner (Presidente): – Nem todo plantio está concluído ainda, até porque teve plantio que foi executado em época inadequada, então, as árvores não vingaram. As árvores que não vingaram estão sendo substituídas. Logicamente que são muitas árvores, nós estamos falando de dezenas de milhares, centenas de milhares de árvores, é muita coisa. Não tem condição de acompanhar com o corpo técnico de fiscalização que a gente tem hoje, não tem condição de vê árvore por árvore. Então, muitas vezes o que a gente tem feito, eu tenho recebido de lideranças locais, vereadores. *“-Puxa, as árvores aqui na rua tal e tal não vingaram, não estão boas etc.”* Então, a gente tem recebido muito, tem pedido isso relatórios, quer dizer, a pessoa identificou lá uma rua... Teve um caso específico no Tatuapé, que era compensação da DERSA, inclusive, uma série de plantios. E metade das árvores não estavam vingando. Então, eu pedi para esse determinado Vereador que ele apresentasse um relatório, a assessoria dele fez um relatório, com esse relatório facilitou muito o trabalho da nossa fiscalização, que já foi direto lá e já pediu para... Obrigou a DERSA a substituir as árvores. Então, isso tem sido acompanhado.

Cons. Francisco: - É porque quando eles vieram aqui representar aquele plano tudo era facilidade, tudo era... Eu me lembro que houve muita discussão aqui e com relação ao plantio das árvores, a pessoa que representava a DERSA, inclusive, poderá ser visto nos anais, era uma coisa muito tranquila, quer dizer, foi, inclusive, dito que seria a maior... Que eu achei até um pouco exagerado, que seria a maior conquista ambiental da cidade, isso eu ouvi essa expressão, que eu achei estranho ser a maior conquista ambiental da cidade. E eu que passo lá muito na Marginal, quer dizer, aí é uma questão de senso comum, eu não posso fazer uma afirmação correta, científica, mas eu passo lá muito, vejo muito pouco. E quando eu vi a notícia no jornal, se não me falha a memória na Folha ou no Estado, corroborou aquilo que eu tinha como impressão, ou seja, de que não estava havendo. E eu acho que nesse caso, até pela argumentação e pelo discurso que foi utilizado aqui no CADES, até pelo respeito ao CADES, se de fato a DERSA não está cumprindo o que ela se comprometeu, que se, inclusive, oficie ao Ministério Público, se for necessário, porque é uma falta de respeito para com o CADES e com a cidade e o próprio governo municipal. Porque eu me lembro que foi uma discussão muito acalorada, houve um debate muito... As pessoas não estavam convencidas e a pessoa que veio do DERSA vendeu o plano como sendo uma coisa fantástica. Quase que a gente agradeceu na altura por ter derrubado as árvores, porque eles falavam que ia ser uma conquista ambiental, e eu ouvi essa expressão, que seria a maior conquista ambiental da cidade, eu ouvi essa expressão aqui. E eu acho que é uma falta de respeito se de fato for verdade.

Cons. Eduardo Storopoli (Representante das Universidades): - Bom dia. Eduardo, sou representante das Universidades. Eu só gostaria de saber assim uma questão, assim, nós estamos discutindo a apresentação do plano que já foi apresentado. Quero parabenizar a Sra. Ângela pela apresentação do plano e a equipe toda que

produziu esse plano. Realmente eu como representante das universidades, realmente o plano é viável, eu acho que esse Conselho está demonstrando aí realmente da preservação da biodiversidade na nossa fauna, flora.

Cons. Eduardo Storopoli (Representante das Universidades): - Que está presidindo aqui o nosso colegiado se nós estamos no item I ainda? Por que eu acho que o Sr. Francisco, é uma sugestão que eu faço, o nosso colega Francisco Conselheiro, é que ele pode sugerir no próximo item para a inclusão na pauta das próximas reuniões, por exemplo, um balanço. Eu acho que da contrapartida da sua preocupação, então, pode ser uma sugestão para a próxima pauta de realmente terão o balanço de como é que está a contrapartida aí da DERSA com relação a esse projeto. Fica a minha sugestão e também dos demais Conselheiros que estão também fazendo propostas ou sugestões. Mas eu acho que tem que ficar aqui dentro do tema do plano apresentado pela Sra. Ângela. É a minha sugestão. Ok. Obrigado!

Mary Lobas (Secretária Executiva): – Suely!

Cons. Suely: - Bom dia! Eu quero aproveitar a manifestação sobre a DERSA e relatar sérios problemas que nós estamos tendo em São Mateus também com a DERSA. Nós temos lá como contrapartida dela a construção do Parque do Jardim da Conquista. Eu sou Conselheira da região de São Mateus também, e fizemos algumas vitórias e a situação é caótica. Foi aberta uma estrada, inclusive, no meio do Parque, e o Parque hoje serve como depósito de entulho. Ontem nós estivemos na reunião do Conselho na subprefeitura de São Mateus, fizemos esse relato e a própria subprefeitura não sabe a quem recorrer. Enquanto Conselheiros da região, mandamos ofício para a DERSA e ela ignora, simplesmente ignora. Fizemos as vitórias remanescentes da ampliação da Jacu Pêssego, e também nenhuma posição. Eu gostaria muito de deixar registrado aqui, de pedir ajuda da Secretaria do Verde para ajudar o Conselho regional e a subprefeitura de São Mateus nesse sentido, de realmente fazer com que a Dersa cumpra o que foi prometido na região. Obrigado!

Cons. Cristina: - Isso. Bom dia a todos. Parabéns pela exposição. E aqui eu reitero a palavra dos Conselheiros sobre essa questão da marginal aqui, como o Dr. Francisco eu também circulo pela marginal aqui, como o Dr. Francisco eu também circulo pela marginal e tenho tido essa visibilidade e essa observação. E me preocupou bastante essa sensação, porque naquela a audiência pública que estivemos realmente foi essa confirmação pelo DERSA. Eu vejo aqui pela exposição, que eu acho assim importante ter esse tema em pauta, e, inclusive, verificarmos as outras ações prometidas pelo DERSA, inclusive, representando a OAB na Comissão do meio ambiente nós recebemos várias denúncias pela Comissão do meio ambiente. Eu estava até verificando, relatando alguns processos lá na ordem, eu vou até levantar essas denúncias, trazer aqui a casa. E Conselheiro também verificarmos, que eu acho assim significativo isso viu. Obrigada!

Cons. Marcos Moliterno: – Eu, inclusive, no tocante às placas da marginal. Eu como sou representante da minoria de transporte individual aqui de São Paulo, eu sou aliviado de andar na marginal Tietê, eu tenho que andar naquela paralela, meio aos caminhões.

Carlos Fortner (Presidente): - O senhor explicou que o senhor é motoqueiro, não é.

Cons. Marcos Moliterno: – Motociclista. (risos) E não tem placa, é impressionante. Eu toda vez erro a saída lá na Via Dutra, por que não têm placas.

Carlos Fortner (Presidente): - Podia colocar como proposta de pauta uma convocação da DERSA aqui, uma prestação de contas do que foi prometido e o que está feito.

Sra. Mary Lobas (Secretária Executiva): – Iara!

Cons. Yara: - Vocês passaram aqui uma cartilha sobre cidade mais verde do município de São Paulo. A cidade de São Paulo ganhou entre 2005 e 2010 1.300.000 novas árvores. O que eu pergunto é o seguinte, em 2010 esse gráfico que vocês mostram aqui de plantio vocês têm um gráfico de quantas dessas mudas vingaram, de quantas já exercem a função ambiental de microclima das que foram retiradas, que já exerciam essas funções?

Carlos Fortner (Presidente): - É evidentemente que a função ambiental da árvore que foi retirada ela não vai ser atendida em um ano ou 2, isso vai levar para 5,10,15 anos para formar a copa grande etc. Lógico que isso vai ser um resultado a médio e longo prazo. O que dá para afirmar é assim, em compensação isso tem reclamação direta, mas é a regra e a gente tem insistido muito na regra. Você corta uma árvore, e dependendo do caso você tem situações que você tem de fornecer 100 árvores. Até na semana retrasada teve uma reclamação do Secretário de SIURB, que não aceitava que só é autorizado o corte eu acho que de 3 árvores para a construção da arquibancada e no autódromo de Interlagos e a compensação dada 130 árvores, alguma

coisa assim, era um número mais expressivo. Logicamente que dessas árvores que constam aí são árvores que vem de TCA também, então, são mudas que estão dentro desse plantio todo, mas de fato são árvores plantadas. Lógico, árvore plantada de um ano atrás não vai, uma árvore de um ano atrás não vai cumprir o papel ambiental que tinha uma árvore que foi removida que tinha um certo porte. Mas agora, não é porque removeu uma que tinha um certo porte, o que plantou uma, a quantidade é muito maior. Então, outro dia útil no jornal que a prefeitura autorizava e eu acho que o corte de 80 árvores por dia, eu acho que saiu essa notícia. Não constava lá quantas árvores que foram compensadas disso. Então, o resultado ambiental não é de imediato, é evidente. O índice de quantos vingaram ou não eu não tenho esse índice de imediato. Funciona da seguinte maneira, o plantio eu é um mix, é plantado pelo DGD que tem aquelas 3 funções: a fiscalização, a educação ambiental e a biodiversidade dentro do plantio. Então, DGD faz o plantio pelo município. Existe o plantio compensatórias, como é o caso da DERSA ou como é o caso de qualquer empreendedor que faz algum corte, algum manejo. Para tirar o habits tem que ter o termo de aceite que aquelas árvores de fato vingaram. Então, quando o empreendedor planta árvore ele tem uma garantia daquilo, se a árvore não vingou tem de recolocar a árvore, replantar uma árvore nova. Não é tão fácil de fiscalizar tudo isso aí, a gente imaginar uma fiscalização de 500.000 árvores de um ano ou um milhão e tantas nos últimos 12 meses, não consegue que escravizar tudo isso, é humanamente impossível, não tem corpo fiscalizatório suficiente para isso. Agora, quando vem o pedido do Habits a gente sempre tem a fiscalização para dizer: “*Olha, árvore vingou, não vingou.*” Se vingou replantada, é substituída. E a terceira parte vem das multas de compensação, que aqui do lado a gente já vê o que tem que muda de compensação, que são as mudas que são entregues no viveiro. Dessas mudas também reforçamos a regra, e as mudas hoje são mudas de maior porte. Então, elas têm um índice de crescimento ou de vingar mesmo o maior do que se tinha a alguns anos atrás. O percentual certinho eu não sei te informar, precisaria levantar isso.

Cons. Yara: - Com licença um pouquinho, só para terminar e me concluir. Por exemplo, quando o empreendedor ganha a licitação para fazer esses empreendimentos que requerem o corte de árvores, substituição de árvores, condicioná-lo já no ato desse projeto com que ele o faça essa fiscalização, essa gestão desse manejo, desse plantio de árvores e replantio de árvores, é uma sugestão.

Carlos Fortner (Presidente): - Não tem como fazer, o próprio interessado fazer a sua autofiscalização, não vai dar certo.

Carlos Fortner (Presidente): - A prefeitura tem que fazer a fiscalização, cabe ao poder público fiscalizar isso. não a licitação, ele entra com pedido de manejo, esse pedido de manejo é aprovado, ele pode fazer o transplante, Corte, manejo da árvore. Para que ele consiga o Habits para o empreendimento dele, o auto de conclusão, ele tem que provar que aquela compensação foi feita. E isso ele assina um contrato, (ininteligível) um contrato, ele tem responsabilidade lá. Então, tem a pessoa responsável por isso nominalmente mesmo. E se não é plantada ou se tem maus-tratos ainda incorre em multa, ainda tem isso.

Mary Lobas (Secretária Executiva): – Abel, e depois tem questões para a Ângela.

Cons. Abel: - Não, é mais um esclarecimento. Carlos, não é? Carlos, as subprefeituras da região que margeiam a marginal elas receberam uma quantidade de árvores para replantio. Não foi isso? Da compensação do DERSA. Como é que está essa situação aí?

Carlos Fortner (Presidente): - Cada caso é um caso. Nós tivemos ainda na semana passada, na subprefeitura da Mooca, onde foi feito um projeto... Aí teve em ação diferenciada que a gente está querendo até que isso se replicasse em outras subprefeituras, onde houve um projeto de plantio com as árvores da DERSA, um negócio muito interessante envolvendo a subprefeitura, a DERSA, o DPAV, que fez um mapeamento das quadras, a Secretaria de saúde pelo próprio programa saúde da família, o PAVS, o representante fazia a ação junto às casas para motivar o municípe a receber uma árvore na porta de casa.

Cons. Abel: - Então, por exemplo, nós fazemos parte do CADES da Mooca.

Carlos Fortner (Presidente): - Então, cada caso é um caso.

Cons. Abel: - Nós também fazemos parte do CADES da Mooca. O que está havendo lá na região é o seguinte, tem morador que não quer que coloque a árvore na porta dele.

Carlos Fortner (Presidente): - Morador que não quer, não é?

Cons. Abel: - Não quer. Tem muitos moradores que não querem. “*-Não quero por árvore na minha frente, vai atrapalhar a entrada do meu automóvel.*” É aquela história. Não tem. É difícil. Têm outros que são conscientes que ainda estão colocando. O grande problema que está se encontrando aqui na região, uma região que eu vou dizer que tem uma atuação, o Mooca, Brás, Tatuapé, é que o pessoal não quer.

Carlos Fortner (Presidente): - Isso vai trabalho de educação muito grande. (falas sobrepostas) Porque se você impõe de colocar árvore na porta do cidadão ele depois acaba danificando árvore, e você nunca acha o culpado. É o culpado acaba sendo um morador que não quer árvore. Então, é um trabalho de conscientização.

Cons. Abel: - Mas ali na Mooca foi criado ali na radial, o Francisco. Você conhece o Francisco ou não?

Carlos Fortner (Presidente): - Não.

Cons. Abel: - O engenheiro Francisco (ininteligível) uma área que estava ali, que ia ser um Parque e ele criou um viveiro. Antes era uma horta comunitária que caminhão passava lá e jogava alface e ficava cheio de agrotóxicos, de poluição. Agora criou um viveiro, o viveiro está meio parado, ele não... Sabe.

Carlos Fortner (Presidente): - Pelo Sub da Mooca.

Cons. Abel: - Sub da Mooca. E aquele viveiro pode agregar essas mudas, deixar ali e depois ir devagar trabalhando, porque elas estão se deteriorando, isso a gente está vendo lá também.

Mary Lobas (Secretária Executiva): – Alguém mais tem alguma sugestão para o plano de biodiversidade?

Carlos Fortner (Presidente): - Vamos passar para o segundo item então, que sem a sugestão de inclusão de pauta na próxima reunião eu acho que já fica valendo essa da DERSA, eu acho que é importante uma convocação da DERSA. Se alguém tiver mais alguma sugestão!

Cons. Eduardo Storopoli (Representante das Universidades): – Eu gostaria... Se os Conselheiros... Veja bem, eu vou ser breve aqui, mas eu acho que é importante essa sugestão de pauta que eu vou propor agora. Nós temos o Plano Diretor da cidade de São Paulo, o prazo vai até o ano que vem, então, os planos regionais (ininteligível) também. Então, eu acho interessante, eu estava olhando pelo regimento do CADES, que pode ser criado uma Comissão especial, se todos estiverem de acordo. Mas a minha sugestão eu não sei se seria a inclusão de pauta, se nós pudéssemos trabalhar, eu acho que nós não podemos daqui para frente, todas as cidades, quer dizer, principalmente São Paulo vai ter que realmente trabalhar a questão da sustentabilidade, do crescimento sustentável, do desenvolvimento. Quer dizer, tem que, ou seja, a questão do meio ambiente, a questão é na sustentabilidade. Digamos assim, eu acho que dos prédios, os prédios (ininteligível). Eu vou dar um exemplo aqui, o exemplo de algumas iniciativas que foram feitas dentro das escolas públicas, dentro das escolas públicas do ensino fundamental. Então, o conceito do prédio politicamente correto e ecologicamente correto. Então, isso tem que entrar, e isso já está na pauta do último encontro que aconteceu aqui na cidade de São Paulo do C40. Então, eu quero fazer uma proposta, uma sugestão. Por exemplo, a água, água também é um item que preocupa, quer dizer, é um assunto que preocupa, porque nós estamos gastando muita água, nós estamos desperdiçando água. Eu vou dar um exemplo, eu não sei por que nos grandes prédios não tem incentivo do sistema a vácuo. Nós da Uninob, o último prédio que nós projetamos e foi concebido foi quando se construído, nós tivemos que trazer essa tecnologia de fora. Então, não tenho incentivo para as indústrias brasileiras nacionais para o sistema a vácuo, é perfeitamente viável. Isso já se passaram já 3 anos desse prédio que nós construímos lá no (ininteligível). Quer dizer, todas as instalações hidráulicas dos banheiros é no sistema a vácuo. O sistema a vácuo ele gasta 1 litro e meio, enquanto que o sistema da caixa acoplada gasta em torno de 9 litros, ou da nova (ininteligível), quer dizer, uma apartadinha lá vai mais... Então, um desperdício enorme... E mesmo nas cidades, mesmo o Brasil tendo o potencial de água doce vai ser um problema muito grande dessa próxima década, quer dizer, todos têm acompanhado a preocupação com relação à água, quer dizer, a água potável, quer dizer, dos recursos hídricos, mas o aproveitamento da água. Como também a questão também da geração de energia limpa. Mas eu acho que nós podemos dar uma contribuição muito grande com o Plano Diretor que necessariamente vai ser discutido, quer dizer, cabe à prefeitura da cidade de São Paulo, e no caso eu acho que tem que estar presente nessa discussão apresentando sugestões e propostas, que no outro plano que foi aprovado em 2002, em 2002 ou em 2006, o Plano Diretor com seus planos regionais estratégicos, o CADES não pode participar, mas agora eu acho que é fundamental que os prédios, ou seja, sejam concebidos tratamento de compra da (ininteligível) ambiental. E mesmo também que para nós são prejuízos, como nós estamos tendo hoje. Então, nós temos que fazer um plano também de ação que os próximos prédios realmente possam estar sendo contemplados ou projetados exatamente com essa visão. Não sei se todos estão de acordo, mas eu queria incluir, porque o próximo ano, quer dizer, (ininteligível) natalino que está chegando agora na nossa próxima reunião. O ano que vem vence o Plano Diretor da cidade de São Paulo e vai ter que ser discutido novamente. Então, eu acho que da importância também do CADES para poder que está contribuindo com a sua visão, com a sua contribuição, exatamente pensando nos prédios para conceber prédios exatamente não causando prejuízos para o meio ambiente, para a cidade de São Paulo. Então, a minha proposta é que o CADES constitua uma Comissão, não sei se depende também da legislação, mas que o CADES seja ouvido e possa também apresentar propostas para a visão do Plano Diretor. Essa fica minha contribuição, a minha sugestão.

Mary Lobas (Secretária Executiva): – Anotado. Alguém mais tem alguma sugestão?

Carlos Fortner (Presidente): - Está bom, então, acho que vamos para o encerramento.

Cadastrando as ONGs para o novo mandato do CADES 2012/2013, foi prorrogado até quinta-feira, dia 22, até amanhã. E nós já temos marcadas para as assembleias: a primeira é a Macro-Região Centro Oeste, que será dia 26 de setembro; depois a Norte 1 e a Norte 2, 27 de setembro; Sul (1,2 e 3) dia 04 de outubro; e Leste (1, 2 e 3) dia 11/10. Então, eu queria solicitar uma divulgação, apoio na divulgação desse edital.

Cons. Eduardo Storopoli (Representante das Universidades): - Eu queria fazer só... Não sei se é possível ou não, claro que um cronograma que vocês têm que seguir, a gente tem que respeitar. Não pode prorrogar mais as inscrições, dá mais uns 2 ou 3 dias para algumas entidades se cadastrarem? É uma pergunta, não é uma...

Mary Lobas (Secretária Executiva): – nós já temos o calendário das reuniões, e já foi amplamente divulgado. Certo? e reforçando outro informe sobre a audiência pública da Nova Luz, que será realizado dia 29 de setembro no ginásio Poliesportivo do Pacaembu com início às 18h00. Nós temos uma câmara técnica já analisando o EIA/RIMA, já demos início aos trabalhos. Contamos com vocês.

Cons. Suely: - Em relação à eleição de representantes da sociedade civil para o CADES. Para mim não está claro e talvez até por falta de leitura do edital e por falta de tempo de ler o edital, quem vota nas pessoas? Você convoca, por exemplo, nós estamos cadastrados, o CEMAIS está cadastrado na Secretaria do Verde, eu posso chegar na população de São Mateus e convidar a população para ir? Não. Só votam as entidades que estão cadastradas?

Mary Lobas (Secretária Executiva): – Sim, a votação é entre as ONGs cadastradas e um representante de cada região. Então, a votação é entre as cadastradas.

Cons. Suely: - Você saberia me dizer qual o número de entidades cadastradas hoje na Secretaria do Verde? A título de curiosidade.

Mary Lobas (Secretária Executiva): – Nós estamos na renovação, isso nós vamos ter a certeza e posso te dar essa informação na sexta-feira quando nós faremos a publicação das ONGs.

Carlos Fortner (Presidente): - Está bom. Então, agradecer a presença de todos.

Mary Lobas (Secretária Executiva): – Angela obrigada. Parabéns pelo trabalho.

Carlos Roberto Fortner

Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros Presentes:

ANDRÉ LUIS GONÇALVES PINA
ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA
CARLOS ROBERTO FORTNER
CINTHIA MASUMOTO
CLÁUDIO DE CAMPOS
EDUARDO STOROPOLI
FELIPE DE ANDRÉA GOMES
FLORENCE KARINE LALOE
FRANCISCO J. C. RIBEIRO FERREIRA
GEORGE DOI
GILBERTO NATALINI
GIOVANNI PALERMO
LIGIA AZIZ DE MORAIS BASSO

LUIZ FERRUA
MARCOS MOLITERNO
MARIA JOSÉ RIBEIRO DEVESA DA SILVA
MARIA CRISTINA DE O. REALI ESPOSITO
MAURÍCIO GUILHERME SIMÃO
PAULO ALBERTO FELIPE MAIA
PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL
PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
ROSE MARIE INOJOSA
SUELI RODRIGUES
VERA LÚCIA A. CARDOSO ALLEGRO
YARA R. A. TOLEDO

Conselheiros com justificativa de ausência:

E. EMIRENE NOGUEIRA / JOSÉ CARLOS ANDERSEN / MANUEL MESSIAS FERNANDO DA COSTA / WALTER PIRES

Conselheiros Suplentes Presentes:

ANGELO IERVOLINO / ARIANDRO DA SILVA SOUZA / MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS / PÉROLA FELIPETTE BROCANELI / RENATO MARCONDES PALADINO / ROS MARI ZENHA / ROSÉLIA MIKIE IKEDA / REGINA LUISA FERNANDES DE BARROS

Coordenadora Geral:

Helena Maria de Campos Magozo